



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**Trabalho não pago das mulheres nas famílias e a organização social dos
cuidados**

**Entre a invisibilidade e a sobrecarga: trabalho reprodutivo,
mulheres e cuidado**

Laiz Fernanda Basniak¹
Nayara Cristina Bueno²

Resumo: O trabalho de cuidado é indispensável para a sustentação da vida e para o funcionamento da sociedade, contudo, permanece invisibilizado e desvalorizado. O objetivo deste artigo é refletir sobre o trabalho não pago de cuidado realizado majoritariamente por mulheres como elemento central da reprodução social, evidenciando sua invisibilização nas análises econômicas tradicionais e sua instrumentalização no contexto das políticas sociais familistas e neoliberais. Trata-se de um estudo de natureza teórico-crítica, fundamentado em revisão bibliográfica da economia feminista, articulada à análise de dados secundários. Os resultados evidenciam que a atual organização social dos cuidados aprofunda desigualdades de gênero, classe e raça, indicando a necessidade de políticas públicas de cuidado.

Palavras-chave: Reprodução social. Economia feminista. Trabalho de cuidado.

Abstract: Care work is indispensable for sustaining life and for the functioning of society; however, it remains invisible and undervalued. The aim of this article is to reflect on unpaid care work, performed predominantly by women, as a central element of social reproduction, highlighting its invisibilization in traditional economic analyses and its instrumentalization within familist and neoliberal social policies. This is a theoretical-critical study, based on a bibliographic review of feminist economics, articulated with the analysis of secondary data. The findings show that the current social organization of care deepens gender, class, and race inequalities, pointing to the need for public care policies.

Keywords: Social reproduction. Feminist economics. Care work.

INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico e de cuidado constitui uma dimensão central da reprodução social e da sustentação da vida, embora permaneça historicamente invisibilizado e desvalorizado nas análises econômicas tradicionais e nas políticas sociais. Realizado majoritariamente por mulheres no âmbito familiar e fora da esfera mercantil, esse trabalho não remunerado é fundamental para a manutenção cotidiana da força de trabalho e para a garantia das condições mínimas de sobrevivência das famílias e da sociedade como um todo. Apesar de sua centralidade, o cuidado tem sido naturalizado como atribuição feminina, reforçando

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: laizbasniak@gmail.com.

² Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: nbueno@unicentro.br.



desigualdades de gênero, classe e raça e aprofundando processos de exploração e sobrecarga das mulheres, especialmente das mais pobres.

O contexto latino-americano, particularmente o brasileiro, é marcado por políticas sociais de forte viés familista e maternalista, observa-se a delegação sistemática às famílias — e, em particular, às mulheres — da responsabilidade pelo cuidado de crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, enfermos crônicos e demais membros em situação de dependência. Essa dinâmica se intensifica em cenários de retração do Estado, avanço de políticas neoliberais e insuficiência de serviços públicos, resultando na reprivatização do cuidado e no agravamento da chamada crise da reprodução social. Tal processo evidencia que a atual organização social dos cuidados não é neutra, mas profundamente atravessada por relações de poder heteropatriarcais, capitalistas e raciais.

Diante desse quadro, problematiza-se a persistente invisibilização do trabalho não pago de cuidado e sua centralidade para a reprodução social, bem como o papel do Estado e das políticas sociais na manutenção — ou enfrentamento — das desigualdades de gênero que estruturam a divisão sexual do trabalho. Questiona-se, assim, em que medida a responsabilização privada e feminina pelo cuidado contribui para a reprodução das desigualdades sociais e para a desproteção das mulheres no âmbito da política social.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o trabalho não pago de cuidado realizado majoritariamente por mulheres como elemento central da reprodução social, evidenciando sua invisibilização nas análises econômicas tradicionais e sua instrumentalização no contexto das políticas sociais familistas e neoliberais. Busca-se, ainda, discutir como a divisão sexual do trabalho estrutura a organização social dos cuidados e aprofunda desigualdades de gênero, classe e raça.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo de natureza teórico-crítica, fundamentado em revisão bibliográfica de autoras da economia feminista, articulada à análise de dados secundários provenientes de organismos oficiais e internacionais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Confederação Global OXAM. A abordagem adotada permite problematizar o trabalho não pago de cuidado como expressão da questão social, inscrita nas contradições estruturais do capitalismo contemporâneo.

1. REPRODUÇÃO SOCIAL E A INVISIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DE CUIDADO

Conforme aponta Bengoa (2018), ao tratar do trabalho e da produção mercantil, Marx identificou a necessidade de reproduzir cotidianamente a força de trabalho para que o processo produtivo pudesse se repetir, incluindo nesse movimento a reprodução geracional. Com isso, reconhecia que as condições necessárias à produção são igualmente indispensáveis à reprodução. Ademais, Marx compreendia que os processos de reprodução estavam inscritos em uma lógica marcada por desigualdades e formas de exploração, perpetuadas por estruturas



políticas, sociais, institucionais e culturais que garantem a manutenção da desigualdade e viabilizam a acumulação capitalista.

Entretanto, no desenvolvimento de sua teoria da acumulação, Marx não considerou a totalidade do trabalho realizado nos lares — desempenhado majoritariamente por mulheres — absolutamente necessário à reprodução da força de trabalho. Sua análise restringiu-se aos bens e serviços adquiridos no mercado, concebendo a reprodução da força de trabalho como algo assegurado exclusivamente pelo salário. Como resultado, o trabalho doméstico e de cuidados permaneceu à margem da análise da economia política (Bengoa, 2018).

Dessa forma, esse trabalho situado fora da esfera mercantil tornou-se invisível não apenas no imaginário social, mas também nos próprios marcos do processo de acumulação capitalista. Apesar de sua centralidade para a sustentação da vida, a reprodução social e a dinâmica de acumulação do capital, o trabalho realizado predominantemente por mulheres fora do mercado é sistematicamente marginalizado, sendo-lhe negada qualquer possibilidade de valorização social. Como ressalta Bengoa (2003, p. 19), “[...] em qualquer sociedade, sem a contribuição do trabalho das mulheres, a subsistência do grupo familiar nunca teria estado garantida”.

As necessidades pessoais e sociais envolvidas no cuidado extrapolam a lógica da eficiência e da troca econômica, revelando limites importantes à sua completa incorporação pela esfera mercantil. Nos bens e serviços produzidos no lar, é difícil dissociar os aspectos afetivo-relacionais da atividade em si, uma vez que envolvem elementos profundamente pessoais (Bengoa, 2003).

A omissão estrutural do trabalho doméstico e de cuidados nos marcos da análise econômica contribuiu, assim, para a despolitização dos conflitos que emergem no âmbito da reprodução social fora do mercado, naturalizando a divisão sexual do trabalho e restringindo os conflitos sociais à esfera da produção capitalista. Essa naturalização obscurece seu caráter socialmente construído e profundamente marcado por relações de gênero³. (Bengoa, 2018).

Hirata e Kergoat (2007) elucidam que a divisão sexual do trabalho decorre das relações sociais entre os sexos, sendo historicamente construída e socialmente determinada. Trata-se de uma forma específica de organização do trabalho baseada na atribuição diferenciada de funções e espaços a homens e mulheres, sustentada por concepções naturalizadas sobre capacidades e papéis sociais. As autoras demonstram que os princípios da hierarquia e da separação estão presentes, sendo que trabalhos considerados de "homens" são mais valorizados economicamente e socialmente em relação aos trabalhos relacionados ao feminino.

Bengoa (2018) define a reprodução social como um complexo processo de tarefas, trabalhos e energias voltado à reprodução biológica e da força de trabalho, incluindo práticas

³ O conceito de gênero será utilizado na perspectiva de Saffioti (1978; 1979), a qual o coloca diretamente associado com a formação da sociedade capitalista e das classes sociais no Brasil, tratando-o como um elemento essencial para pensarmos a formação social. Assim, o debate sobre gênero está vinculado ao capitalismo, ao patriarcado - enquanto sistema de dominação/exploração das mulheres pelos homens - e ao racismo - sistema estrutural de discriminação, exploração e desumanização de pessoas negras.



sociais e trabalhos de cuidado, processos de socialização, satisfação das necessidades humanas e a manutenção das comunidades. Nas palavras da autora:

[...] as práticas sociais e os trabalhos de cuidados, a socialização e a satisfação das necessidades humanas, os processos de relações sociais que têm a ver com a manutenção das comunidades, considerando serviços públicos de saúde, educação e transferências que reduzissem o risco de vida (Bengoa, 2018, p. 46).

Tal concepção possibilita apreender a articulação entre as dimensões econômica e social, rompendo com a cisão tradicional entre produção e reprodução, que historicamente subordinada às condições de vida à lógica do capital.

Foi sobretudo a partir das contribuições do feminismo que os trabalhos de cuidado realizados nos lares passaram a ser reconhecidos como parte constitutiva e fundamental da reprodução social (Bengoa, 2018). Em consonância, Pinheiro (2023) destaca que, desde os anos 1970, as feministas passaram a utilizar o termo cuidado como síntese do conjunto de trabalhos exercidos pelas mulheres no espaço doméstico sem remuneração.

Saffioti (1978; 1979) constitui referência fundamental, no Brasil, para a compreensão do trabalho doméstico nas décadas de 1970 e 1980. Para a autora, essa atividade não se enquadra na lógica da produção simples de mercadorias, tampouco pode ser caracterizada como trabalho improdutivo, uma vez que a família seria uma instituição de caráter não capitalista, ainda que inserida em sociedades estruturadas sob o predomínio do modo de produção capitalista. O cerne da questão residiria, portanto, na desigual distribuição do trabalho entre os gêneros, e não na essência do trabalho doméstico em si.

As atividades de cuidado, que atendem a necessidades humanas indispensáveis à sobrevivência e ao bem-estar, historicamente foram tratadas como práticas naturais realizadas no âmbito doméstico. Essa naturalização obscurece seu caráter socialmente construído e profundamente marcado por relações de gênero. Opera-se, assim, uma espécie de “mão invisível”, acompanhada de um “sexo invisível”, que organiza silenciosamente o cotidiano da vida social, garantindo sua continuidade sem questionamentos e perpetuando a desvalorização do cuidado (Bengoa, 2018).

O cuidado pode ser compreendido como um “plus afetivo” atribuído às mulheres — um dispêndio significativo de energia física e emocional, frequentemente associado a tarefas repetitivas, desgastantes e pouco reconhecidas socialmente. Trata-se de um conjunto de atividades que oferece suporte não apenas a pessoas dependentes por razões de idade ou saúde, mas também a grande parte dos homens adultos, sendo indispensável à estabilidade física e emocional dos membros do lar (Bengoa, 2003).

Falar sobre cuidado é falar sobre vulnerabilidade humana. Nascemos e vivemos em corpos e mentes frágeis, que exigem cuidados ao longo de todo o ciclo de vida — cuidados corporais, afetivos, psicológicos e sociais — absolutamente necessários à sustentação cotidiana da vida (Bengoa, 2018). Os tempos do cuidado são tempos de relação, impossíveis



de serem plenamente mensurados, nos quais a aceleração compromete a qualidade da atenção e do vínculo.

O trabalho de cuidado, portanto, não se configura como uma escolha individual baseada em afinidade ou predisposição pessoal, mas como uma necessidade intrínseca à condição humana. Negar o cuidado equivale a negar a própria existência. Contudo, recai majoritariamente sobre as mulheres a responsabilidade por garanti-lo, refletindo expectativas sociais historicamente construídas e internalizadas.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam que, em 2022, as mulheres dedicaram quase o dobro do tempo dos homens ao trabalho doméstico e de cuidado, o que corresponde a uma diferença média de cerca de dez horas semanais. Essa desigualdade evidencia a persistência da divisão sexual do trabalho, mesmo diante do aumento da inserção feminina no mercado de trabalho formal, reforçando assimetrias de gênero e limitando a participação das mulheres em outras esferas da vida social, política e econômica.

No contexto das políticas de combate à pobreza, observa-se a instrumentalização dos papéis femininos vinculados à esfera reprodutiva, transferindo às mulheres responsabilidades centrais para a eficácia e sustentabilidade desses programas, exemplo, das condicionalidades impostas pelo Programa Bolsa Família, que exige uma cuidadora disponível para cuidar e reforça papéis tradicionais de gênero.

O cuidado, nesse sentido, assume uma dupla dimensão: é simultaneamente um direito individual e uma responsabilidade coletiva (Bengoa, 2018). Não se trata de uma incumbência feminina, mas de uma função social essencial à continuidade da vida. Se a sociedade nos permite viver através do cuidado, todos e todas deveríamos participar do cuidado dos e das demais. O cuidado não é um assunto de mulheres, pois não se trata de uma atribuição de gênero, mas de uma função social essencial à continuidade da vida e à coesão social.

É possível afirmar que o trabalho de cuidado possui um significado dual. Em uma perspectiva macroestrutural, representa um componente essencial para a reprodução social, sustentando as bases do funcionamento econômico e das relações sociais. Já no plano individual, o cuidado constitui uma dimensão fundamental da existência humana, sendo intrinsecamente ligado à nossa vulnerabilidade e interdependência (Bengoa, 2018).

Apesar disso, organizações e instituições sociais seguem sem reconhecer o cuidado da vida humana como uma responsabilidade social e política. Mesmo com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades de cuidado, uma vez que a participação masculina nessa esfera não acompanhou tal crescimento (Camarano; Fernandes, 2023).

Hirata e Kergoat (2007) demonstraram que as novas configurações da divisão sexual do trabalho se materializam nos debates sobre a “conciliação” em que cabe quase exclusivamente às mulheres conciliar a vida familiar e a vida profissional. Contudo, isso se dá de forma conflituosa, pois as mulheres enfrentam jornadas estendidas de trabalho e, frequentemente,



precisam se inserir em trabalhos parciais, informais, com horários flexíveis e baixa remuneração.

Consequência deste processo de precarização do trabalho feminino está as dificuldades de acesso às políticas previdenciárias, por exemplo, de auxílio natalidade, doença ou mesmo a aposentadorias. A pobreza de renda e de tempo das mulheres está associada à responsabilização, quase exclusiva, pelo trabalho doméstico e de cuidados nas famílias.

Essa desigualdade de gênero na utilização do tempo se torna ainda mais acentuada entre os grupos socioeconômicos mais pobres, nos quais as mulheres dedicam maior parte de suas horas às atividades do lar. Além disso, no que se refere ao trabalho doméstico, observa-se que ele recai majoritariamente sobre as mulheres e, quando há divisão, esta ocorre, em grande parte, com outra mulher (Sorj, 2004).

Os processos de reprodução social são atravessados por relações de poder heteropatriarcais, capitalistas e raciais, que condicionam de forma desigual quem cuida, quem é cuidado e em que condições esse cuidado é exercido. Com a expansão do capital e a adoção de políticas neoliberais, tais contradições intensificaram-se, resultando na chamada crise da reprodução social, particularmente aguda nos países periféricos.

A retração do investimento estatal em políticas sociais, aliada à privatização e à desregulamentação, agravou a crise dos cuidados e produziu crescente insegurança nas condições de vida cotidiana. Esse cenário impacta de forma desigual mulheres e homens, recaindo sobretudo sobre as mulheres a responsabilidade não remunerada pela sustentação da vida, fenômeno frequentemente associado à feminização da pobreza (Bengoa, 2018).

Com a expansão do capital, as contradições sociais que antes se manifestavam localmente passaram a expressar-se como uma contradição estrutural entre a lógica da acumulação capitalista global e a garantia de condições mínimas de reprodução social para a totalidade da população (Bengoa, 2018). Sob o predomínio de políticas neoliberais, a reprodução social foi progressivamente subordinada às exigências do capital, culminando no que se convencionou chamar de crise da reprodução social. Tal crise manifesta-se com especial intensidade nos países periféricos ou menos industrializados, onde seus efeitos são particularmente agudos e excludentes.

Esse cenário é resultado direto da retração do investimento estatal em áreas fundamentais como saúde, educação e políticas sociais, associada a processos de privatização, desregulamentação e à intensificação da chamada crise dos cuidados. Como consequência, observa-se uma crescente insegurança nas condições de vida cotidianas, marcada por uma lógica de gênero, dado que são majoritariamente as mulheres que assumem, de forma não remunerada, a responsabilidade pela sustentação da vida. Esse fenômeno tem sido conceituado como "feminização da sobrevivência" ou "feminização da pobreza" (Bengoa, 2018).



Destacam-se, nesse contexto, as famílias monoparentais femininas⁴, que, embora demonstrem capacidade de organização e enfrentamento das adversidades, expõem vulnerabilidades profundas diante de uma estrutura social marcada por desigualdades (Santos, 2008a). A expansão dos serviços privados de cuidado, impulsionada pela reprivatização, consolidou-se como nova fronteira de acumulação do capital, ao mesmo tempo em que reforçou a naturalização do retorno do cuidado ao espaço doméstico (Bengoa, 2018).

Mulheres em melhores condições socioeconômicas tendem a terceirizar o cuidado, contratando outras mulheres, geralmente em condições precárias, enquanto aquelas que dependem das políticas públicas enfrentam a insuficiência e a precarização dos serviços estatais (Taffarello, 2021). O Estado, longe de ser neutro, exerce papel central na reprodução das desigualdades ao regular o mercado de trabalho e estruturar políticas sociais que impactam diretamente as posições sociais de homens e mulheres.

Nesse cenário, torna-se fundamental dar visibilidade à realidade de mulheres chefes de família que enfrentam jornadas exaustivas de trabalho, acumulando vínculos formais e informais, frequentemente superiores a quinze horas diárias. Tal sobrecarga compromete o exercício de direitos fundamentais e evidencia uma situação de desproteção social, marcada pelo acesso precário a trabalho digno, educação, saúde, habitação e alimentação, reforçando as desigualdades estruturais que atravessam a organização social dos cuidados.

A vivência cotidiana das mulheres configura-se como um processo permanente de negociação nos distintos âmbitos da vida social, marcado por tensões, adaptações e resistências. Essa dinâmica reflete a dificuldade - ou mesmo a impossibilidade - de habitar com plenitude um mundo cujas estruturas simbólicas, institucionais e materiais foram historicamente moldadas a partir de referências masculinas (Bengoa, 2003).

Conforme a mesma autora, a crise da reprodução social pode ser conceituada a partir de três processos interligados: a expansão generalizada da precarização das condições de vida, o crescimento das situações de exclusão e o agravamento das desigualdades sociais. Ainda que tais processos impactem o conjunto da sociedade, é importante reconhecer que os efeitos da crise não são homogêneos: há grupos sociais que, em razão de sua posição privilegiada nas hierarquias econômicas, de classe, gênero e raça, podem inclusive se beneficiar das dinâmicas excludentes produzidas por essa crise (Bengoa, 2018).

Segundo dados da Oxfam (2020), até o ano de 2030 haverá um número adicional de setenta e sete milhões de pessoas dependentes de cuidado, pouco mais de um terço da população estimada, entre pessoas idosas e crianças de seis a quatorze anos, o que ameaça piorar a situação e aumentar o ônus que recai sobre as trabalhadoras de cuidado. Isso porque, atualmente, noventa por cento do trabalho de cuidado no Brasil é feito informalmente pelas famílias e, deste, oitenta e cinco por cento é feito por mulheres.

⁴ A família monoparental feminina configura-se como aquela composta por mãe e filho, ou filhos, nas quais a mulher é mãe solteira, divorciada ou separada que não mais quis ou não teve a oportunidade de uma união estável. Nessas configurações, recai sobre a mulher a totalidade das responsabilidades relativas pelo domicílio, pela manutenção, pela proteção e pela sobrevivência da casa e da família, pela educação dos filhos e pelo provimento das condições emocionais ligadas ao crescimento e ao desenvolvimento da família (Costa e Marra, 2013).



Por fim, destacamos que a ideologia patriarcal⁵ reforça a associação das mulheres ao cuidado e à esfera doméstica, naturalizando o trabalho reprodutivo e invisibilizando sua relevância social e econômica. O trabalho familiar e de cuidado é apropriado pelo Estado e pelas famílias como recurso gratuito, reforçando a divisão sexual do trabalho e consequentemente, a identidade feminina é construída a partir da maternidade e da função cuidadora, o que precariza a cidadania das mulheres e limita sua inserção como sujeitos plenos de direitos.

CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre o trabalho não pago de cuidado realizado majoritariamente por mulheres como elemento central da reprodução social, evidenciando sua invisibilização nas análises econômicas tradicionais e sua instrumentalização no contexto das políticas sociais familistas e neoliberais. A partir de uma abordagem teórico-crítica, buscou-se demonstrar que o cuidado, longe de constituir uma escolha individual ou uma disposição natural feminina, é uma necessidade intrínseca à condição humana e um componente indispensável à sustentação da vida e do próprio funcionamento da sociedade.

Os resultados indicam que a organização social dos cuidados está profundamente ancorada na divisão sexual do trabalho, a qual atribui às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pelas atividades de reprodução social, especialmente no âmbito familiar. Essa dinâmica se expressa de maneira mais intensa entre mulheres pobres, negras e chefes de família, que enfrentam sobrecargas significativas de trabalho e maiores níveis de desproteção social, agravadas pela insuficiência de políticas públicas e pela retração do Estado no provimento de serviços sociais.

Evidenciou-se, ainda, que as políticas sociais contemporâneas, ao operarem sob forte viés familista e maternalista, reforçam a responsabilização privada e feminina pelo cuidado, contribuindo para a reprodução das desigualdades de gênero, classe e raça. A instrumentalização do trabalho de cuidado nos programas de combate à pobreza, por exemplo, revela-se como estratégia de sustentação de políticas focalizadas em contextos neoliberais, transferindo para as mulheres encargos centrais da proteção social sem o correspondente reconhecimento, valorização ou garantia de direitos.

A análise também permitiu constatar que a crise da reprodução social e a crise dos cuidados não são fenômenos conjunturais, mas expressões estruturais das contradições do capitalismo contemporâneo, particularmente nos países latino-americanos e, particularmente, no Brasil. A expansão da mercantilização e da privatização do cuidado, ao mesmo tempo em que abre novas frentes de acumulação, aprofunda a precarização do trabalho e reforça hierarquias sociais historicamente constituídas.

⁵ O patriarcado refere-se a um sistema social que mantém e sustenta a dominação masculina, baseado em uma ideologia que ensina que as mulheres são naturalmente inferiores (Gerda, 2019).



Diante desse cenário, reafirma-se a necessidade de reconhecer o cuidado como uma responsabilidade social e política, deslocando-o do âmbito estritamente privado para o centro do debate público e das políticas sociais. Tal reconhecimento implica a construção de sistemas públicos de cuidado, a ampliação e o fortalecimento das políticas sociais universais e a promoção de uma redistribuição mais equitativa das responsabilidades entre Estado, mercado, famílias e sociedade.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para o aprofundamento do debate crítico acerca do trabalho não pago das mulheres e da organização social dos cuidados, reforçando a importância de políticas públicas comprometidas com a justiça social, a igualdade de gênero e a efetivação de direitos tanto para quem cuida quanto para quem é cuidado.

REFERÊNCIAS

BENGOA, Cristina Carrasco. A economia feminista: Um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas** 26, n 52, agosto/dezembro 2018, p. 31-68.

BENGOA, Cristina Carrasco. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Org.). **A produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia; FERNANDES, Daniele. Famílias: espaços de cuidado e espaços a serem cuidados. In: CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (Org.) **Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2023.

COSTA, Florença Ávila de Oliveira; MARRA, Marlene Magnabosco. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 21, n. 1, 2013. p. 141-156.

GERDA; Lerner. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sella. – São Paulo: Cultrix, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, 2007. p. 595-609.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Trabalho doméstico e de cuidados não remunerado**. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/trabalho-domestico-e-de-cuidados-nao-remunerado/apresentacao>. Acesso em: 19 Jun. 2025.

OXFAM Brasil. **Tempo de cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. 2020.

PINHEIRO, Luana. Perspectivas teóricas. In: CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (Org.) **Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978. Tomo 1.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1979. Tomo 2.

SORJ, Bila. **Trabalho e responsabilidades familiares: um estudo sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: OIT, 2004.



TAFFARELLO, Ingrid Matzembacher Stocker. “E ficamos aí, nessa vida de cuida e descuida”:
Narrativas da vida cotidiana das mulheres na política de assistência social. **Tese de
doutorado**. 2021. Universidade de São Paulo.